

Doi: <http://dx.doi.org/10.5007/1980-3532.2016n15p4>

Aproximação a um grupo quase esquecido: os marxistas iugoslavos do *Praxis*

Approaching an almost forgotten group: The Yugoslav Praxis Marxists

Luiz Gustavo da Cunha de Souza
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Professor de Teoria Sociológica
gustavo.cunha.s@ufsc.com.br

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar as ideias do grupo de pesquisadores oriundos da ex-Iugoslávia conhecidos como *Praxis*. Este grupo, cujos principais trabalhos foram publicados entre o começo da década de 1960 e o final da década seguinte, tornou-se influente durante aqueles anos devido não apenas por sua posição estratégica em um país do bloco comunista no qual debates intelectuais com autores de países capitalistas eram possíveis, mas especialmente devido à tentativa de revisão da teoria marxista como uma crítica humanista ao socialismo realmente existente. Neste sentido, dois temas centrais tratados por autores associados a este grupo serão tratados aqui: a crítica à alienação e o desenvolvimento dos fundamentos teóricos da ideia de autogestão. Aliada a uma contextualização da Iugoslávia dos anos 1960 e a uma avaliação da herança teórica do *Praxis*, esta exposição de sua concepção do marxismo espera reavivar o interesse por estes autores.

Palavras-Chave: *Praxis*; Marxismo humanista; Alienação; Autogestão; Iugoslávia.

ABSTRACT: The subject matter of this article is the group of Yugoslav thinkers that became known as the *Praxis* group. These philosophers and sociologists, whose main productions concentrate from the early 1960's to the late 1970's, presented as the particular feature of their work an attempt to criticize the existing conditions on a socialist country, Yugoslavia, not from the viewpoint of the capitalist dissidents but rather from the necessity of developing real existent Socialism. In this sense, their conception of self-management and their critique of alienation build up the core of this paper. Along with it, a contextualization of their condition of emergence within that country and a brief balance of their work are presented.

Keywords: *Praxis*; Humanist Marxism; Alienation; Self-management; Yugoslavia.

Originals recebidos em: 24/10/2016

Aceito para publicação em: 19/01/2017



Este trabalho está licenciado sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/) Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a criação de obras derivadas 3.0 Unported License.

Introdução

A história do 'socialismo realmente existente' brinda seus estudiosos com um sem número de críticas a experiências consideradas fracassadas e posteriores dissidências de seus quadros intelectuais. Este tipo de crítica externada por dissidentes segue um percurso que, via de regra, se dá a partir de desilusões com os rumos práticos tomados pelos partidos comunistas e lideranças revolucionárias após sua chegada ao poder, bem como devido ao abandono de ideais ou à prevalência de diretrizes burocráticas no momento pós-revolucionário em países onde uma revolução efetivamente ocorreu. Este artigo, porém, busca iluminar um caso particularmente interessante dentro do universo do socialismo real, dado que em diversos aspectos se diferencia deste padrão: o caso do grupo de pensadores que ficou conhecido como '*Praxis*'¹, originário da antiga Iugoslávia.

A originalidade do *Praxis* se mostra, antes de mais nada pelo fato de que ao contrário de outros dissidentes, este grupo nunca se posicionou ativamente contra as ideias socialistas ou renegou a teoria marxista que tomava como inspiração, pelo contrário: o grupo foi silenciado por suas críticas ao governo iugoslavo baseadas na tentativa de aprofundar um experimento político proposto pela própria Liga dos Comunistas da Iugoslávia (Savez Komunista Jugoslavije – SKJ), a autogestão de empresas e instituições, por meio do desenvolvimento de uma perspectiva teórica que passou à história do pensamento social sob a rubrica de 'marxismo humanista'. Esta busca de uma saída à esquerda para os impasses do socialismo real é também testemunha da situação específica representada pela própria Iugoslávia dentro do bloco de países socialistas, particularmente no que diz respeito à tentativa de desenvolver um modelo próprio de política econômica e social. Neste contexto, em que a liberdade intelectual não apenas era maior do que em outros países socialistas como também chegou a ser estimulada pelo partido dirigente, a crítica do socialismo real por meio do aprofundamento teórico do marxismo atraiu grande atenção internacionalmente, estabelecendo um frutífero diálogo entre pensadores iugoslavos e estrangeiros ao longo das décadas de 1960 e 1970, principalmente. Como marcas deste diálogo se destacam a publicação da revista '*Praxis*' e a promoção anual da escola de verão em Korčula, entre

¹ Este artigo é fruto de uma pesquisa de pós-doutorado fundada pela Alexander von Humboldt Stiftung pela CAPES e realizada na Johann Wolfgang-Goethe Universität e no Institut für Sozialforschung em Frankfurt am Main, entre 2014 e 2016

1964 e 1974, quando as atividades do grupo foram finalmente terminadas pelo governo do marechal Josip Broz Tito. Entre os colaboradores do jornal e participantes da escola de verão destacavam-se pensadores associados ao estudo marxismo ou à Teoria Crítica da sociedade nos países capitalistas, como Ernst Bloch, Herbert Marcuse, Lucien Goldmann e Jürgen Habermas entre outros. Após término do jornal e o encerramento das atividades da escola de verão em Korčula, em 1975, acompanhados de uma intervenção governamental na Faculdade de Filosofia de Belgrado, não apenas as atividades do grupo receberam menor atenção, como também seus integrantes seguiram caminhos diversos.

O presente texto se ocupa de uma apresentação de três elementos da atividade do *Praxis*: sua história, sua contribuição teórica ao marxismo e sua possível herança para a teoria social. Para isso o artigo se divide em três partes. A primeira delas é dedicada a uma breve contextualização do ambiente na Iugoslávia, com o que se pretende situar a emergência do *Praxis* (I); a seguir serão discutidas as ideias básicas deste grupo de pensadores (II); em terceiro lugar será feita uma avaliação crítica sobre a atualidade e possível herança das ideias destes autores (III). Aqui é importante notar que o objetivo do artigo é uma introdução às ideias deste grupo quase esquecido, o que limita os dois primeiros itens do artigo à mera exposição de ideias, relegando a discussão crítica apenas à última sessão. Com isso não se pretende somente uma exegese da obra dos autores do *Praxis*, o que seria, afinal, despropositado e anacrônico. Ainda assim é dever alertar para o fato de que no espaço deste artigo apenas ao final será realizada uma análise sobre os potenciais e limitações do objeto de estudo aqui esquadrihado.

I – Iugoslávia: uma revolução endógena

Ao contrário de outros países europeus em que após o término da segunda guerra mundial emergiram governos liderados por partidos comunistas, na Iugoslávia a ascensão dos comunistas se deu por meio de uma revolução social. Em vista da tumultuada emergência de muitos dos regimes socialistas no leste europeu, muitos deles patrocinados pela União Soviética devido à ação do Exército Vermelho contra os ocupantes nazistas, este fato merece um (simplificado) comentário. Formado após o final da primeira guerra mundial, o Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos adotou em 1929 o nome oficial de Reino da Iugoslávia, sob o rei Alexandre I, da dinastia sérvia dos Karadorđević. Ainda que envolto em disputas entre os povos constituintes, o projeto

de unificar os povos eslavos do sul da Europa já era tema de debate pelo menos desde o século XIX e se intensificou com a implosão dos Impérios Otomano (que então dominava a Sérvia, a Bósnia e a Macedônia) e Austro-Húngaro (então de posse dos territórios da Croácia e da Eslovênia).

Com o início da segunda guerra mundial, o reino da Iugoslávia foi instado a se render ao exército alemão em março de 1941, ultimato recusado pelo governo e pelo exército, que levou ao bombardeio de Belgrado, a capital nacional, em 6 de abril daquele ano, seguido por ataques aéreos, navais e terrestres que culminaram com a rendição incondicional iugoslava na dia 17 de abril. Como consequência destes fatos, foi instaurada uma divisão tripla do território: a leste, correspondendo aos territórios atuais da Sérvia e de Montenegro foi estabelecido um governo comandado pela Alemanha; no território central, ocupado pela Bósnia e Herzegóvina e na costa da Dalmácia (atual Croácia) o controle foi dado aos italianos; no oeste, foi instalado o Estado Independente da Croácia, sob o comando de um grupo fascista que já se organizava como oposição à união dos povos eslavos, o Ustaša. Ao mesmo tempo em que tal divisão era implantada, o governo no exílio, ainda sob a regência da família real, delegava formalmente a defesa do país a tropas majoritariamente sérvias de milicianos e ex-combatentes da primeira guerra mundial, os Četnici (singular Četnik). Em meio à disputa dos realistas contra os fascistas e ocupantes, o Partido Comunista da Iugoslávia, liderado por Josip Broz Tito, organiza o Exército de Libertação Nacional, imiscuindo seus Partisans na luta política iugoslava que ocorre concomitante à guerra internacional.

Aqui é importante notar que o território iugoslavo há muito tempo era ocupado por diferentes populações, cujas divisões se acentuaram ainda mais após a conquista da região pelo império otomano no século XIII. Assim, quando da unificação iugoslava no século XX, habitavam o país sérvios, macedônios e montenegrinos (eslavos de religião majoritariamente ortodoxa), croatas e eslovenos (majoritariamente católicos) e bósnios e kosovares (majoritariamente muçulmanos), além de outras minorias. Estas linhas étnicas, religiosas e culturais, que na década de 1990 seriam ressaltadas de modo especialmente trágico, serviram ao propósito de estabelecer inimigos durante a guerra, de modo que no âmbito da guerra civil iugoslava da década de 1940 as rivalidades internas foram responsáveis por alguns dos maiores massacres (SINDBÆK, 2012, 30 e ss)². De modo geral, entretanto, os Partisans conseguiram se manter afastados de

2 Ainda que as divisões culturais e religiosas fossem claras, por toda a região a mistura étnica era regra. Durante a II guerra mundial tal fato serviu de base para que se engendrassem campanhas de limpeza

disputas étnicas e lograram constituir uma força política e militar na qual todas os grupos de eslavos do sul estavam representados, um grupo supra-nacional (HAUG, 2012, 41; BENSON, 2001, 75-6).

No desenrolar do conflito, em que se misturam uma guerra civil e uma guerra mundial, os Partisans conseguem, muito graças à sua formação popular, à sua estratégia de conseguir o apoio das massas e, em menos graus, à ajuda externa do Reino Unido e da União Soviética (HAUG, 2012, 66-7), se estabelecer como a força dominante no pós-guerra e, como consequência fundam a República Socialista Federativa da Iugoslávia, composta por seis nações (Bósnia e Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Macedônia, Montenegro e Sérvia, possuindo esta última duas entidades semi-autônomas, Kosovo e Vojvodina). Neste momento inicial, o novo estado pretendia emular a União Soviética de Stálin (SINDBÆK, 2012, 40), ainda que a relação entre os dois países tenha se desenvolvido de maneira tensa durante a guerra, particularmente porque Tito se ressentia da falta de apoio soviético ao passo que Stálin e Molotov não estavam à vontade com a autonomia decisória dos iugoslavos sobre certos assuntos políticos e militares (SWAIN, 2011)³. Estas tensões acabariam por resultar na ruptura com o Cominform em 1948, naquele que seria o episódio central para o desenvolvimento da Iugoslávia socialista.

Como se sabe, o Cominform foi a organização criada para reforçar os laços e estratégias dos Partidos Comunistas no pós-guerra, bem como para coordenar suas políticas. Esta organização, cuja primeira sede foi estabelecida em Belgrado em 1947, foi recebida com grande entusiasmo pelos comunistas iugoslavos, ao mesmo tempo em que realçava sua importância como modelo para o desenvolvimento de revoluções socialistas a partir das bases (SWAIN, 2011, 87 e ss.). Entretanto, no clima de incertezas políticas do período, Tito e Stálin logo entrariam em conflito. A princípio, a disputa

étnica particularmente cruéis contra os sérvios na Croácia, liderada pelos fascistas da Ustaša, responsáveis pelo campo de concentração de Jasenovac. No entanto, massacres conduzidos por tropas muçulmanas de Ustaše em vilas sérvias na Bósnia oriental e ataques de Četnici contra croatas e muçulmanos na Sérvia foram práticas comuns durante todo o período. Também os Partisans, no começo da guerra, executaram adversários políticos e civis que julgavam ser colaboradores de seus inimigos no que ficou conhecido na historiografia iugoslava como 'desvios esquerdistas'. Ao final da guerra houve ainda uma condenação coletiva e subsequente assassinato de membros civis e militares do estado fascista instalado na Croácia na cidade de Bleiburg, atualmente na Áustria. Para uma visão geral do uso destas divisões, ver Sindbæk, 2012.

3 Na biografia de Tito escrita por Geoffrey Swain, evidentemente sob um ponto de vista favorável ao biografado, as constantes idas e vindas na relação de Tito com Stálin, Molotov e outros nomes da nomenclatura soviética mostram não apenas a tensão entre as partes, cada qual mais preocupada com sua sobrevivência imediata durante a guerra, mas também a extensão da autoridade política dos soviéticos sobre os partidos comunistas mesmo durante períodos nos quais sua cooperação quase inexistia. Ver, especialmente, o segundo capítulo do livro.

parecia remeter à política externa iugoslava, que autônoma e ostensivamente procurava apoiar a insurgência comunista na Grécia e imiscuir-se em problemas na Albânia (inclusive enviando tropas militares em apoio aos gregos através deste último país) ao mesmo tempo em que estabelecia tratados e alianças com outros países do leste europeu; tais atitudes incomodavam à União Soviética tanto por não levarem os interesses soviéticos em conta quanto por fugirem à disciplina socialista que Moscou buscava impor a seus parceiros. Deste modo, logo tornou-se claro para o Politburo iugoslavo⁴ que o desacordo girava em torno de algo muito mais importante para o país: a teoria do caminho nacional específico para o socialismo (SWAIN, 2011, 93). Neste processo, a tentativa iugoslava de construir uma 'frente popular' foi atacada por Stálin como reminescente das ideias de Trotsky e Bukharin, bem como de menchevismo, com o que o partido acabaria por perder seu lugar de guia revolucionário. A ofensa maior aos comunistas iugoslavos, porém, veio em uma correspondência em que Stálin arrogava para a ajuda soviética na luta contra os invasores nazistas a possibilidade do sucesso da insurgência comunista, algo que aos olhos dos Partisans que sobreviveram à guerra aparecia como um disparate mais do que como uma simples mentira (SWAIN, 2011, 95). O que se seguiu foi, naturalmente, a expulsão do Partido Comunista Iugoslavo do Cominform, resultando na necessidade de defender a revolução iugoslava não apenas como um caminho próprio para o socialismo, mas também (de modo um tanto quanto esdrúxulo) como uma revolução endógena.

Esta situação forçou, pois, uma reorganização da política internacional iugoslava, levando o país a abrir negociações econômicas e relações políticas com países capitalistas, uma vez que todo o bloco socialista o rejeitava. Neste contexto, o aprofundamento da revolução naquele país deveria ocorrer através de uma crítica marxista-leninista aos desvios stalinistas, particularmente ao burocratismo e ao imperialismo soviéticos (HAUG, 2012, 134-5). Ao contrário do caminho trotskista da revolução permanente, contudo, a situação da Iugoslávia demandava particular atenção à administração e implementação das conquistas do período revolucionário. Neste momento, o principal teórico do caminho iugoslavo para o socialismo foi o economista esloveno Edvard Kardelj, um dos líderes do movimento Partisan de libertação nacional, graças a quem Tito foi convencido a implementar processos de autogestão democrática

4 Os principais membros do Politburo, neste momento, eram, além de Tito, Edvard Kardelj, Aleksandar Ranković, Milovan Đilas e Moša Pijade. Destes, Pijade faleceu em 1957, Kardelj permaneceu um importante líder até o final de sua vida na década de 1970, Ranković foi afastado do Comitê Central na década de 1960 e Đilas se tornou um célebre dissidente ainda nos anos 1950.

no país, seja em fábricas seja em associações políticas (HAUG, 2012, 136; KARDELJ, 1955, 16). Mais que a óbvia inspiração no Lênin de *O Estado e a revolução*, a tendência à abolição do Estado deveria marcar também uma ruptura com o projeto de poder aos soviéticos, que os iugoslavos entendiam ser fundamentalmente diferente do seu projeto de socialismo democrático (sem mencionar, é claro, que Tito, Kardelj e Milovan Đilas desde a disputa com a União Soviética se expressavam abertamente sobre o caráter distorcido desta experiência sob Stálin, bem como sobre o agigantamento da burocracia partidária)⁵.

Finalmente, em 1952 o Congresso do Partido Comunista Iugoslavo muda seu nome para Liga dos Comunistas da Iugoslávia (SKJ) e define que a contribuição específica do país para o desenvolvimento da teoria e da prática marxistas seria a autogestão socialista e democrática (SWAIN, 2011, 103). Naturalmente, a importância de afirmar tal contribuição servia também ao propósito de demolir a autoridade do Partido Comunista da União Soviética como o guia do mundo socialista, objetivo atingido após o processo de desestalinização levado a cabo por Nikita Krushev. No entanto, a autogestão deveria servir principalmente à própria Iugoslávia, fundamentalmente como uma prática para o desenvolvimento socialista nas esferas política e econômica, isto é, como uma solução própria ao problema da transição. Antes de mais nada, então, Kardelj afirma que a solução aos problemas da transição apresentada pelo modelo de autogestão democrática se deve à sua maior capacidade para maximizar as forças produtivas necessárias à consolidação do socialismo, bem como à sua eficácia econômica e às mudanças políticas e culturais a ela associadas, particularmente no que diz respeito à consciência da relação entre necessidades individuais e coletivas, que seria muito mais facilmente coordenável através do controle operário do que através do controle estatal da produção (KARDELJ, 1955, 24). Decisivo aqui, segundo ele, é o fato de que ao atribuir a gestão produtiva aos próprios

5 É importante mencionar que a implementação da autogestão nunca foi vista pelos líderes iugoslavos como uma característica específica de seu país, mas como um necessário passo em direção ao socialismo. Ao afirmar que tal passo não fora dado pela URSS, a implicação era clara: este não é um país na rota para o socialismo. No começo dos anos 1950 este tema, a URSS e o socialismo, foi o mote de um desacordo inicialmente inofensivo entre Kardelj (acompanhado por Tito) e Đilas, pois o primeiro não negava à URSS o caráter de socialista, ainda que degenerado ou chamado de capitalismo de estado. Đilas, por sua vez, afirmava ser exatamente por conta da degeneração da claqué burocrática em uma massa superior aos trabalhadores que se poderia afirmar que naquele país a revolução fora traída. Infelizmente não há espaço aqui para desenvolver este tema, mas há que ser ressaltado que menos de meia década depois a ruptura definitiva de Đilas com seus parceiros (e sua queda) seria causada pelo mesmo motivo: sua percepção de que a burocracia degenerara o movimento revolucionário das massas por meio do agigantamento do Partido (ou Liga) também na Iugoslávia.

trabalhadores corta-se a mediação arbitrária e, assim, evita-se qualquer processo stalinista de identificação da vontade da classe operária com a vontade do partido político no poder (KARDELJ, 1955, 30). Entretanto, esta prática ainda serviria a um segundo propósito mencionado pelo autor: ao contrário da situação na URSS, onde o aparato estatal assumira papel de preponderância na transição, a sociedade socialista deveria ocupar-se antes com liberação do potencial criativo individual, da “vontade de criar”, bem como de sua articulação com os interesses coletivos morais e econômicos (KARDELJ, 1955, 4). Ainda que para os líderes iugoslavos esta afirmação aparentemente decorresse de fatores administrativos, as implicações de um chamado para uma sociedade mais livre, capaz de afirmar o potencial criativo dos indivíduos ia ao encontro de um movimento que concomitantemente começara a tomar forma nas universidades, principalmente em Belgrado e Zagreb.

II – A crítica da alienação sob o socialismo e o desenvolvimento de uma teoria da autogestão

Ocorre que o debate gerado pela virada da SKJ em direção à tese da autogestão acaba por atrair a atenção também de um grupo de intelectuais que, a despeito de sua limitada influência política, começara a se organizar ainda no final da década de 1950 e que, na primeira metade da década de 1960 se consolidou ao redor do jornal *Praxis* e por meio da realização da Escola de verão de Korčula, exatamente porque, identificando neste momento de desenvolvimento de um novo paradigma para o socialismo uma 'terceira fase' da revolução iugoslava, estes se colocam a tarefa teórica de desenvolver uma “alternativa completa ao sistema filosófico stalinista” (SHER, 1977, 10), formulando a mais importante crítica interna ao sistema iugoslavo (HAUG, 2012, 269)⁶. Para estes intelectuais, o momento de debates acerca do futuro do socialismo por meio da experiência de autogestão era propício justamente porque no cerne de sua orientação filosófica está um retorno aos escritos do jovem Marx, particularmente à teoria da alienação e à centralidade da ação humana para a criação de uma sociedade livre e criativa, em oposição aos dogmas do materialismo dialético defendidos pela Terceira Internacional, particularmente a teoria da reflexão, a ideia de que a realidade possui

⁶ A autora nota que o *Praxis* também deve ser visto como o mais importante crítico do sistema transnacional da Iugoslávia a se desenvolver por meio da cooperação entre diferentes nacionalidades que formavam o país.

prioridade sobre a consciência, sendo esta última uma mera reflexão da primeira.

Gerson S. Sher (1997) dedica toda a introdução de seu livro a expor de modo particularmente detalhado a maneira como os debates públicos na Iugoslávia seguiam a tradição russa do jornal de discussão pública de grandes ideias, ressaltando que a revista *Praxis*, neste contexto, assumia o papel de órgão de debates sobre temas de interesse nacional. Mais importante, Sher descreve a maneira como, no congresso da Associação Iugoslava de Filosofia realizado em 1960 em Bled, Eslovênia, os então jovens filósofos que mais tarde se reuniram em *Praxis* desafiam as doutrinas stalinistas ainda vigentes na academia iugoslava ao contrapor à teoria da reflexão – e sua consequente conclusão de que a natureza material é o objeto filosófico primordial do qual decorre a atividade humana – a ideia de que a práxis é o centro da história e, logo, da filosofia. Esta posição, em um contexto em que nos países socialistas a noção da inexorabilidade das leis históricas e da eventual vitória do socialismo serviam também à disputa por hegemonia política e acadêmica, foi recebida com ressalvas não apenas por parte dos filósofos stalinistas iugoslavos, mas da própria Liga dos Comunistas da Iugoslávia, ainda que não fosse desenvolvida de uma perspectiva antimarxista (SHER, 1997). O ponto central, contudo, é que estes jovens filósofos e sociólogos procuravam enfatizar que a História não é feita por leis rígidas, mas pela ação humana e por sua capacidade de introduzir uma instância de crítica e criatividade no mundo (SHER, 1977, 19; 35). Ao longo do encontro de 1960 e dos anos subsequentes, tal posição prevaleceu na Iugoslávia sobre a herança stalinista e logo o jornal *Praxis* se estabilizaria como uma publicação com alcance nacional (SHER, 1977; LEŠAJA, 2014).

Assim, a ruptura com o stalinismo foi, de acordo com um dos expoentes de *Praxis*, Gajo Petrović, o momento em que a filosofia iugoslava do pós-guerra libertou-se de dogmas e recuperou não apenas a sua própria força criativa, mas também o interesse em uma perspectiva filosófica dedicada à criatividade humana, o que permitiu o desenvolvimento de uma perspectiva marxista humanista (PETROVIĆ, 1969, 10). Especialmente importante, neste momento, foi o fato de que este grupo se dedicou à participação em um debate no qual acreditavam que os problemas enfrentados na implementação da política de autogestão decorriam de uma teoria insuficiente a respeito do tema. Na ideia de práxis, portanto, se encontram tanto as bases teóricas quanto os impulsos políticos do marxismo humanista desenvolvido por este grupo.

Porém, ainda que o momento de consolidação do grupo tenha sido marcado pela oportunidade de participar nos debates acerca do desenvolvimento socialista da

Iugoslávia, seria um erro limitar o escopo de interesses do *Praxis* ao tema da autogestão. Estes interesses podem ser melhor entendidos como a proposição de um socialismo democrático baseado na superação da alienação por meio do exercício da autogestão e o desenvolvimento de um conceito de práxis humana. A fim de entender como se articulam estas linhas básicas, o ponto de partida é o editorial do primeiro número da revista *Praxis*, no qual o editor-chefe Petrović, apresenta os objetivos editoriais e acadêmicos do grupo. No texto, intitulado “Why Praxis?”⁷, Petrović estabelece que o objetivo do periódico não se limita a uma discussão entre experts, mas abrange uma tentativa de discutir “os problemas reais do socialismo iugoslavo, do mundo e do homem contemporâneos” a partir de um certo pensamento central e de uma certa fisionomia (PETROVIĆ, 1965). Esta fisionomia intelectual se encontraria, de acordo com o editorial, na dimensão filosófica do pensamento de Marx, marcada pelo humanismo essencialmente atento à práxis criativa e revolucionária dos seres humanos. Petrović nota que uma das reações filosóficas ao stalinismo é a recusa em aceitar a distinção entre um Marx jovem e outro maduro, pois isto seria uma concessão aos proponentes de que o Marx maduro poderia ser diferente (e mais completo) do que o

7 *Praxis* era publicada em duas edições com pequenas diferenças, uma em serbo-croata e outra com textos em inglês, francês e alemão. O texto em questão foi publicado na edição internacional, em francês. O corpo editorial da revista, inicialmente lançada em Zagreb pela sessão croata da Associação Iugoslava para Filosofia era formado basicamente por filósofos da Universidade de Zagreb. O grupo de filósofos e sociólogos que se engajou nos debates contra os stalinistas dogmáticos e que posteriormente se consolidou como *Praxis* era, porém, mais amplo: nascidos durante a década de 1920 e tendo se engajado na luta antifascista durante os anos 1940 (MARKOVIĆ, 1974, 15), estes intelectuais estavam espalhadas por toda a Iugoslávia, ainda que a maioria deles ocupasse cátedras nas universidades de Zagreb e Belgrado. Aqui é importante notar que diferentes autores enfatizam um maior ou menor (até mesmo mínimo) peso dos acadêmicos sérvios no processo de estabelecimento do jornal “Praxis”, ainda que sua participação no desenvolvimento das ideias do grupo e no estabelecimento da Escola de verão em Korčula, seja reconhecido por todos. Os membros da conselho editorial de *Praxis* eram: Petrović, Rudi Supek, Branko Bošniak, Danko Grlić, Milan Kangrga e Predrag Vranicki (SHER, 1977, 52) enquanto os principais filósofos de Belgrado que também se associaram ao grupo foram Mihailo Marković, Ljubomir Tadić, Svetozar Stojanović, Miladin Zivotić and Zagorka Golubović. No espaço deste artigo seria impossível fazer uma apresentação biográfica adequada de todos estes nomes, bem como de suas obras, que englobam uma rica variedade de temas e discussões. Também é impossível apresentar de forma adequada vários aspectos biográficos posteriores ao encerramento do jornal e à expulsão dos professores da Universidade de Belgrado pelo governo de Tito em 1975, bem como de seus posicionamentos tardios durante os trágicos eventos da década de 1990 na Iugoslávia. Um sumário de eventos que levaram ao fim do jornal e à expulsão dos professores pode ser lido em Cohen (1975); uma descrição crítica da participação de membros sérvios do *Praxis* no governo nacionalista de Slobodan Milošević é dada por Veljak (2006); posicionamentos dos membros de *Praxis* quanto à história do grupo e aos seus posicionamentos pessoais frente às guerras ocorridas na Iugoslávia na década de 1990 podem ser lidos na coletânea organizada por Rütten (1993). Em todos estes casos, porém, é notável que a distinção entre um grupo de teóricos associados à Croácia (e à Universidade de Zagreb) e outro à Sérvia (e à Universidade de Belgrado) somente aparece *a posteriori*. A única tentativa de estabelecer divergências teóricas entre estes autores ainda durante o período em que suas atividades recebiam atenção acadêmica é feita por Marković como um esboço de interpretações diversas do grupo sobre alguns temas comuns a todos (MARKOVIĆ, 1975, 37), de modo que neste artigo introdutório a heterogeneidade de concepções dentro do grupo não é uma questão central.

jovem. Para Petrović, pelo contrário, a teoria da alienação não é o único ponto importante dos escritos do jovem Marx e nem a descoberta da agência humana é feita apenas pelo Marx maduro, pois uma continuidade entre a crítica da auto-alienação, da desumanização e da exploração possuem as mesmas bases filosóficas que a crítica à divisão de classes entre as sociedades e às consequentes barreiras à realização plena das capacidades de cada um como expostas na “Crítica do programa de Gotha” (PETROVIĆ, 1967, 32).

Assim, prossegue Petrović, o risco de práticas opostas ao desenvolvimento humano é um problema econômico, político e tecnológico e mesmo nos países progressistas onde se tentava afirmar genuinamente a humanidade “as formas herdadas de desumanidade ainda não foram derrotadas e novas deformações que não existiam antes emergem” (PETROVIĆ, 1965). Em um tal contexto, a filosofia deveria assumir o papel de pensamento da revolução, de crítica impiedosa daquilo que existe. De acordo com Petrović, esta reformulação do ideal de Marx assume a forma de uma crítica humanista disposta a realizar um mundo realmente humano e assim assumir o papel de atividade revolucionária. Ainda que esta delimitação da fisionomia intelectual do programa assuma a retomada da obra do jovem Marx como sua inspiração, ela deve servir como uma ponte para novas formas de revolucionar o pensamento e a prática.

Um traço adicional reforçado pelo edital escrito por Petrović era o fato de que *Praxis* não deveria servir para publicizar o pensamento iugoslavo fora do país, mas para estimular debates filosóficos do seu tempo a partir do terreno do socialismo (PETROVIĆ, 1969, 16). Assim, desde o início, o objetivo do grupo de filósofos associados ao *Praxis* era encarar os problemas práticos do desenvolvimento socialista a partir de uma perspectiva humanista originada no estudo de Marx. Isso significa que a publicação dividiria sua atenção em duas frentes: por um lado, o estudo teórico da dimensão humanista da obra de Marx, sua recepção e apropriação nos países comunistas; por outro lado, os desenvolvimentos práticos das sociedades comunistas em sua ambição em realizar uma sociedade humana.

No contexto iugoslavo, *Praxis* e os trabalhos dos filósofos a este grupo associados se ocupariam com os problemas da autogestão, especificamente da tentativa de desenvolver uma perspectiva teórica acerca da superação dos entraves e dilemas criados pelo capitalismo que impediam a realização de uma sociedade verdadeiramente humana através de processos sociais que possibilitassem a liberação da criatividade prática dos seres humanos. Autogestão deveria, pois, significar o exercício da

criatividade humana mas ao mesmo tempo remeteria àquilo que Marx e Engels observavam como a contribuição dos movimentos revolucionários do final do século XIX, como a Comuna de Paris, a saber, a possibilidade de abandonar as formas opressoras de gestão da produção por meio do Estado e sua substituição por uma comunitarização descentralizada e pela autogestão por meio dos produtores (HORVAT, 1975, 28). O que interessaria à experiência iugoslava é a ideia de que uma prática humana livre e criativa somente poderia ser alcançada por meio da supressão de estruturas centralistas e sua consequente substituição por formas cooperativas de trabalho⁸. A bem da verdade, de acordo com Branko Horvat, quase todas as revoluções ocorridas ao longo do século XX procuraram estabelecer algum tipo de poder decisório por parte dos trabalhadores, de modo que “historicamente falando, socialismo e autogoverno parecem ser sinônimos” (HORVAT, 1975, 39)⁹.

Segundo Predrag Vranicki, esta associação se deve ao fato de que a doutrina marxista entendia a realização plena da humanidade como a superação da alienação e da separação entre classes, algo que poderia ser alcançado através da autogestão pelos produtores. As já mencionadas deformações do socialismo, contudo, geraram uma situação político-econômica em que a autogestão pelos produtores aparece como a negação da estrutura burocrática estatista do socialismo de matriz stalinista (VRANICKI, 1979, 231). Em vista de tais deformações, então, Vranicki afirma que o debate sobre conselhos gestores por parte dos produtores é, de fato, a retomada de um tema presente na obra de Marx sob novas relações históricas. (VRANICKI, 1979, 232). Ao contrário do que ocorrera na URSS, cujo agigantamento do estado burocrático era mascarado pela ideia de que este aparato seria gradualmente tomado pelas massas, Vranicki distende a ideia de autogestão ao afirmar que a participação das massas se dá antes por meio de possibilidades para que esta exerça formas de poder extrínsecas às agências estatais. Por isso, a questão central para o projeto socialista seria a transferência do poder econômico e político para os trabalhadores (VRANICKI, 1979, 238).

8 Em sua interpretação de Marx e Engels, publicada em 1975, Branko Horvat se mantém atento à necessidade de que tais formas cooperativas de trabalho sejam estabelecidas a nível nacional. Tal premissa, no começo do século XXI perdeu muito de sua importância, ainda que a generalização de formas de trabalho associativo continue a fazer parte da pauta de muitos movimentos sociais.

9 Horvat afirma que a própria revolução liderada pelos Partisans iugoslavos demandou que já a partir de 1941 os territórios controlados pelos comunistas se abrissem à organização de fábricas autogeridas (1975, 47 e ss), ainda que, de modo geral, sua leitura dos acontecimentos siga a mesma linha que outras aqui apresentadas, segundo as quais o final da década de 1940 foi o momento decisivo para o estabelecimento deste tipo de administração nas fábricas, impulsionado também pela necessidade de reagir à ruptura com a URSS.

Se para Vranicki, contudo, autogestão é uma demanda histórico-filosófica explicitada por Marx e outros teóricos socialistas, outro dos teóricos de *Praxis*, Mihailo Marković, entende que esta ideia possui uma maior especificidade, a saber, o fato de que autogestão, mais do que uma transferência de poder, implica em uma forma de autodeterminação e direção consciente por parte dos produtores (MARKOVIĆ, 1975b, 329). Novamente, a associação entre alienação e controle externo é enfatizada, de modo que a autodeterminação humana demanda a abolição de grupos e classes dominantes em prol da autogestão econômica e política por parte dos indivíduos, que ofereceria, afinal, a possibilidade de que os produtores dispusessem do trabalho objetificado e assim controlassem sua relação com o trabalho vivo (MARKOVIĆ, 1975b, 340). De acordo com Marković, a generalização do controle por parte dos produtores também à esfera da política é o que permitiria que a subsequente generalização de interesses, propiciando o estabelecimento de relações não alienadas entre os indivíduos, uma vez que os sujeitos seriam administradores de sua própria força criativa e da forma como a empregam coletivamente. Neste sentido, autogestão dos meios de produção seria uma alternativa genuinamente revolucionária a outras formas de gestão econômica que ampliam os espaços de democracia – como formas participativas, por exemplo (MARKOVIĆ, 1975b, 345). Entretanto, associar os fundamentos filosóficos da autogestão tão somente ao processo histórico revolucionário¹⁰ de superação do capitalismo ignoraria sua outra dimensão, a crítica à alienação e à reificação. Entre os membros de *Praxis* que se dedicaram a esta crítica à alienação, talvez seja nos escritos de Gajo Petrović que sua importância seja mais claramente associada à agenda destes teóricos.

Em um primeiro nível, o conceito marxiano de alienação é utilizado como uma espécie de diagnóstico da desumanidade do sistema capitalista, o que lhe faz também assumir a feição de um conceito crítico, um chamado à transformação revolucionária das condições presentes (PETROVIĆ, 1975, 363). Uma vez que a existência alienada é uma característica não apenas dos indivíduos, mas também das próprias relações entre os indivíduos, uma resposta à alienação deveria se ocupar tanto com a humanização das personalidades quanto com a humanização das instituições. Neste sentido, afirma Petrović, somente a gestão direta poderia proporcionar a reversão da alienação da vida econômica (PETROVIĆ, 1975, 364). Obviamente, diz o autor, a autogestão é apenas

10 Os três filósofos tratados neste artigo, Petrović, Vranicki e Marković (Horvat era economista) assumem que o estabelecimento de uma sociedade comunista seria o resultado de um processo histórico e revolucionário permanente que estaria ainda a se desenvolver. Por isso, no editorial inicial de *Praxis*, Petrović evita classificar países governados por Partidos Comunistas e Socialistas como 'socialistas'.

uma condição necessária para a superação deste contexto. O que realmente é possível por meio de um tal sistema é a ruptura com um dos principais paradoxos do sistema capitalista, que é a dupla valência do trabalho: se por um lado este faz dos indivíduos animais que necessitam cumprir uma obrigação da qual eles gostariam de se livrar, por outro lado a atividade livre, criativa, que se diferencia do trabalho obrigatório poderia, quando definida pelos próprios produtores, ser uma alternativa para a realização do potencial humano não alienado (PETROVIĆ, 1969b, 170-1). Deste modo, aquilo que aparece inicialmente como uma necessidade política da revolução ganha novos tons, desta vez como um elemento necessário para que se possa atribuir sentido à emancipação humana: se o estabelecimento de formas coletivas de vida se deve a um impulso humano, a um exercício da criatividade dos indivíduos em sua busca por soluções e arranjos para seus problemas compartilhados, os desdobramentos históricos da vida social são também eles exercícios de criatividade por parte dos indivíduos, (PETROVIĆ, 1969b, 167). O que está em jogo aqui não é, evidentemente, uma concepção teleológica da história, segundo a qual a humanização das relações sociais é o único futuro possível – basta lembrar o diagnóstico de que a barbárie da alienação e da reificação é a situação vigente mesmo nos países progressistas, segundo os membros do *Praxis*. Antes, o que se busca afirmar com esta concepção é a ideia de que a história da humanidade é a história do seu exercício criativo, de sua práxis, e que este conceito seria vital para um pleno entendimento da vida social.

De modo geral, então, o que se nota como a linha geral compartilhada pelos autores aqui citados é a intenção de associar a crítica da realidade presente com uma retomada de temas centrais à obra de Marx, dentre os quais se destaca o conceito de práxis como uma instância de criatividade humana, de emancipação frente à desumanidade do presente e como uma crítica imanente, de caráter filosófico mas também prático, às próprias intenções emancipatórias com as quais estes intelectuais se confrontaram. A atualidade da reflexão por eles proposta é o tema da sessão final deste artigo.

III – Por quê *Praxis*, de novo?

Muitas circunstâncias indicam que a realização de um balanço dos méritos e limitações do *Praxis* poderia muito bem ser chamado de obituário. A mais importante delas, certamente, é o fato de que as atividades do grupo foram terminadas em 1975, com a

proibição da publicação da revista do grupo e da realização da escola de verão em Korčula. Como indicado anteriormente, as atividades do grupo se iniciam na confluência de dois fatores: por um lado, a curiosidade intelectual de uma geração de jovens intelectuais que, formados durante um período turbulento – e, vale lembrar, engajados na luta contra o fascismo – não se satisfaziam com os dogmas stalinistas; por outro, a necessidade de reformas e abertura da Iugoslávia após o rompimento com o Cominform. Neste período, no qual Tito foi um dos líderes do movimento dos países não alinhados, a abertura da Iugoslávia ao diálogo com correntes ocidentais do pensamento crítico mostrou-se inicialmente proveitosa para ambos os lados: se os teóricos que dialogavam com a tradição marxista podiam se aproximar de uma experiência diferente daquela do centralismo stalinista, arejando assim as possibilidades da crítica ao sistema capitalista, os teóricos iugoslavos beneficiavam-se deste diálogo como um meio de exercitar a crítica e a liberdade intelectual sem sofrer com as amarras dogmáticas impostas de cima. A ponte entre o dito marxismo ocidental (ou algumas de suas correntes) e a crítica imanente ao socialismo realmente existente atingiu aqui, então, um de seus pontos altos¹¹. Justamente esta aproximação, contudo, se tornaria suspeita aos olhos do governo de Tito quando, no início dos anos 1970, movimentos de caráter nacionalista despontam na Sérvia e, principalmente, na Croácia (HAUG, 2012). Visando derrotar todos os focos de insurreição, Tito decide-se pelo cancelamento da permissão de publicação do jornal e, conseqüentemente, do financiamento da escola de verão, alegando que suas interpretações tendiam solapar a autoridade da Liga dos Comunistas da Iugoslávia (SHER, 1977; MARKOVIĆ, 1975; LEŠAJA, 2014)¹². Como um ato final em seu confronto com os intelectuais críticos, o governo central da Iugoslávia edita uma intervenção na Universidade de Belgrado, afastando oito professores, dentre os quais todos aqueles da Faculdade de Filosofia que eram ligados ao *Praxis*, além de outros críticos (COHEN, 1975; HAUG 2012). Neste momento o grupo deixa de realizar atividades, para todos os efeitos.

Além deste fator, porém, outros poderiam ser enumerados e abarcariam desde o fim da experiência iugoslava – afinal, sua maior referência – e a conseqüente ruptura

11 Mais uma vez os limites de um artigo introdutório impedem que este ponto, o projeto de uma ponte entre correntes do marxismo ocidental e a crítica imanente ao sistema socialista, seja plenamente desenvolvida.

12 Além de demonstrar os limites da abertura proposta por Tito e Kardelj, tal recrudescimento da posição da SKJ demonstra que, por um lado, aquele chamado à autogestão tinha um escopo bastante delimitado pelas necessidades econômicas do país e, por outro lado, os intelectuais, tendo atendido a um convite que não lhes era endereçado, foram tolerados apenas.

dos laços entre os membros do grupo¹³, até o desaparecimento da autoridade transsubjetiva¹⁴ do socialismo, isto é, de seu apelo como caminho prático e intelectual para a emancipação – afinal, a Iugoslávia se manteve um país periférico dentro do mundo socialista e as críticas à posição soviética de guia dos povos sempre foram uma importante base a partir da qual membros do *Praxis* poderiam contrapor suas próprias teses sobre o desenvolvimento socialista. Estas razões históricas e políticas, entretanto, não se relacionam àquilo que os próprios autores entendiam como sua contribuição fundamental à teoria marxista: o desenvolvimento de conceitos que permitissem expressar a crítica a toda forma de existência real que não fizesse jus à capacidade criativa dos seres humanos.

Neste sentido, os dois principais conceitos aqui expostos como centrais para o trabalho do grupo, a fundamentação da ideia de autogestão e a crítica da alienação, poderiam ser indicativos da sobrevivência ou desaparecimento das ideias associadas ao *Praxis*. No primeiro caso, a prova de que ideia de autogestão como uma saída dos impasses trabalhistas do capitalismo contemporâneo poderia ser confirmada pelo não desprezível número de fábricas ocupadas (inclusive no Brasil) sob gestão dos produtores, bem como de instituições geridas por seus próprios membros, algo que se reflete também nos crescentes movimentos populares que demandam uma espécie de atualização da cidadania por meio da aproximação entre os centros decisórios e os indivíduos. Já quanto à crítica da alienação e da reificação através de uma retomada do caráter humano das relações sociais e das instituições, a prova de sua permanente atualidade pode ser encontrada na literatura filosófica recente, onde se destaca a tentativa do filósofo alemão Axel Honneth (2008) de entender reificação como uma espécie de esquecimento do reconhecimento intersubjetivo, ressaltando assim o caráter central da tradição humanista nesta crítica.

Por outro lado, o fato de que em nenhum destes casos a herança específica das contribuições do *Praxis* ou de qualquer de seus membros seja reivindicada levanta uma nova questão: há algo de específico nestas concepções? Como mencionado antes, uma das razões pelas quais *Praxis* se tornou visível, foi a possibilidade de apresentar uma crítica interna ao modelo socialista. Neste contexto, desafiar a autoridade intelectual soviética e ser rotulado 'heterodoxo' era intelectualmente mais simples do que após o

13 Um balanço dos posicionamentos dos membros sérvios do grupo foi feito por Tea Sindbæk (2007). Sobre os membros croatas um balanço (mais condescendente, por se tratar de um memorial) foi feito por Lešaja (2014). Além disso, as entrevistas realizadas por Rütten (1993) dão voz aos próprios envolvidos.

14 Sobre a perda da autoridade transsubjetiva do socialismo, ver Geuss, 2013.

descrédito deste último sistema, ainda que politicamente o peso de assumir tais posições tenha se feito sentir, como confessou Gajo Petrović já ao final de sua vida (PETROVIĆ, 1993). Superado este contexto, o diálogo daqueles teóricos com o chamado Marxismo ocidental, que florescera na revista e nas visitas de Ernst Bloch, Herbert Marcuse, Lucien Goldman e tantos outros às páginas de sua revista e à ilha de Korčula talvez ainda se expresse nas sombras daquelas concepções que antes pareciam vívidas. Que a demanda abstrata por uma humanização das relações sociais continua a fazer parte do núcleo de uma crítica impiedosa ao presente é claro. O que esta demanda significa é, todavia, objeto de uma discussão que não cabe nos limites de um artigo introdutório, a saber, quais os limites e riquezas da crítica da alienação e da exploração no marxismo contemporâneo. Para deixar bem claro: este não é um artigo sobre o estado das coisas no marxismo, mas uma aproximação à obra de um grupo quase esquecido e desconhecido do público brasileiro. Talvez por isso, seja razoável terminá-lo com dúvidas sobre o poder inflamatório daquela obra, ainda que não sobre o seu rigor e seu interesse para aqueles curiosos sobre um empreendimento intelectual que impiedosamente reafirma que a história humana é o resultado da prática criativa dos indivíduos, de sua ação política.

Referências

- BENSON, Leslie. *Yugoslavia: A concise history*. New York: Palgrave: 2001.
- COHEN, Robert S. Freedom of philosophical thought in Yugoslavia: A case-book. In: MARVOVIĆ. M; COHEN. R. S. *Yugoslavia: The rise and fall of socialist humanism*. Nottingham: Spokesman Books, 1975, pp. 42-85.
- GEUSS, Raymond. Marxismus und das Ethos der Moderne. In: JAEGGI. R; LOICK, D. *Nach Marx. Philosophie, Kritik, Praxis*. Berlin: Suhrkamp, 2003, pp. 89-106.
- HAUG, Hilde Katrine. *Creating a socialist Yugoslavia. Tito, communist leadership and the national question*. London/New York: I.B. Tauris, 2012.
- HONNETH, Axel. *Reification. A new look at an old idea*. New York: Oxford University press: 2008.
- HORVAT, Branko. A new social system in the making: Historical origins and development of self-governing socialism. In: HORVAT. B; MARVOVIĆ. M; SUPEK. R (orgs.). *Self-governing socialism, a reader*. Volume one: Historical development. Social and political philosophy, New York: International arts and science press, 1975, pp. 3-66.
- KARDELJ, Edvard. Socialist democracy in Yugoslav practice. *Annals of collective*

economy, Vol. XXVI – N° 1, January-March, 1955, pp. 1-39.

LEŠAJA, Ante. *Praxis orientation, journal Praxis and the Korčula summer school (Collection)*. Beograd: Rosa Luxemburg Stiftung, 2014.

MARKOVIĆ, Mihailo. Marxist philosophy in Yugoslavia: The Praxis group. In: MARVOVIĆ. M; COHEN. R. S. *Yugoslavia: The rise and fall of socialist humanism*. Nottingham: Spokesman Books, 1975, pp. 11-41.

MARKOVIĆ, Mihailo. Philosophical foundations of the idea of self-management. In: HORVAT. B; MARVOVIĆ. M; SUPEK. R (orgs.). *Self-governing socialism, a reader*. Volume one: Historical development. Social and political philosophy, New York: International arts and science press, 1975, pp. 327-350.

PETROVIĆ, Gajo. Why Praxis?. *Praxis*. Revue Philosophique (International Edition), Vol. 1, No. 1, 1965. Disponível em: <https://www.marxists.org/subject/praxis/issue-01/why-praxis.htm>.

PETROVIĆ, Gajo. The “young” and the “old” Marx. In: PETROVIĆ. G. *Marx in the mid-twentieth century*. A Yugoslav philosopher reconsiders Karl Marx's writings. Garden City: Anchor books, 1967, pp. 31-34.

PETROVIĆ, Gajo. Die jugoslawische Philosophie und die Zeitschrift »Praxis«. In: PETROVIĆ. G (ed.). *Revolutionäre Praxis*. Jugoslawischer Marxismus der Gegenwart. Freiburg in Breigau: Verlag Rombach Freiburg, 1969, pp. 7-21.

PETROVIĆ, Gajo. Sinn und Möglichkeit des Schöpfertums. In: PETROVIĆ. G (ed.). *Revolutionäre Praxis*. Jugoslawischer Marxismus der Gegenwart. Freiburg in Breigau: Verlag Rombach Freiburg, 1969, pp. 159-173.

PETROVIĆ, Gajo. The human “relevance” of Marx's concept of alienation. In: HORVAT. B; MARVOVIĆ. M; SUPEK. R (orgs.). *Self-governing socialism, a reader*. Volume one: Historical development. Social and political philosophy, New York: International arts and science press, 1975, pp. 363-365.

PETROVIĆ, Gajo. Ich gestehe. *Deutsche Zeitschrift für Philosophie*, 41 (6), 1993, pp. 1089-1094.

RÜTTEN, Ursula. *Das gescheiterte »Modell Jugoslawien« - Fragen an Intellektuelle im Umkreis der PRAXIS-Gruppe*. Klagenfurt: Drava, 1993.

SHER, Gerson S. *Praxis*. Marxist Criticism and dissent in socialist Yugoslavia. Bloomington and London: Indiana University Press, 1977.

SINDBÆK, Tea. Praxis and political priorities: Political participation and ideological priorities among the Belgrade Praxis philosophers from 1980 to 1995. *Slovo*, Vol. 19, No. 1, Spring 2007, pp. 41-54.

SINDBÆK, Tea. *Usable history?* Representations of Yugoslavia's difficult past – from

1945 to 2002. Aarhus: Aarhus University Press, 2012.

SWAIN, Geoffrey. *Tito. A biography*. London/New York, I.B.Tauris, 2011.

VELJAK, Lino. Die Erbschaft der Praxis-Gruppe und die antithetische Solidarität. *Arche* 6, vol. 10, 2006, pp. 31-39.

VRANICKI, Predrag. Theoretical foundations for the idea of self-management. In: MARKOVIĆ. M; PETROVIĆ. G (eds.). *Praxis*. Yugoslav essays in the philosophy and methodology of the social sciences. Dordrecht/Boston/London: D. Reidel Publishing Company, 1979, pp. 229-247.